

CYBERBULLYING NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DO USO DA REDE INTERNET POR DISCENTES DO ENSINO MÉDIO

Telma Brito Rocha¹
Cleyton Williams G. S. Brandão²

Resumo: Os avanços tecnológicos na “sociedade da informação” (CASTELLS, 1999) têm desencadeado significativas alterações na produção da economia, da cultura e nos modos de interação social. Esse indicativo reflete na vida contemporânea, onde as mudanças, desde a modernidade até a contemporaneidade, anunciam transformações no que tange as maneiras de se comunicar. As Redes Sociais Digitais, por exemplo, possibilitaram a transposição de inúmeras alterações no comportamento dos sujeitos, principalmente no que se refere aos processos comunicacionais e no compartilhamento, construção e difusão do conhecimento. Assim, a criminalidade não é um fenômeno alheio a no essas transformações. Como a rede é um espaço de socialização como qualquer outro, mediado por ações de indivíduos que fazem parte dela, o cyberbullying se anuncia como guisa para a violação dos direitos humanos neste ambiente, mediadas pelas tecnologias digitais. Nessa contextura, apresenta-se o recorte evidenciado em uma das etapas investigativas do projeto de extensão Ações Educativas Para a Prevenção da Violência Virtual em Escolas Públicas da educação básica de Salvador; sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), que consiste na aplicação de um questionário com vinte e um itens. A metodologia dessa investigação tem como abordagem características qualitativas e quantitativas, porque conjectura-se que o fenômeno a ser estudado deve ser analisado em uma perspectiva integrada, onde apresentaremos, junto aos dados da etapa da pesquisa apresentada nesse texto, um levantamento bibliográfico. Destarte, nota-se que o tempo dos jovens imersos “navegando no ciberespaço” (SANTAELLA, 2010), faz com que estes presenciem virtualmente e sejam possíveis protagonistas de cyberbullying nas redes sociais digitais.

Palavras-chave: Cyberbullying, Tecnologias Digitais, Educação, Violência Virtual.

INTRODUÇÃO

A datar de sua popularização no Brasil, no meado dos anos 2000, a internet vem contribuindo, substancialmente, nos comportamentos dos sujeitos que compõem a alcunhada sociedade da informação (CASTELLS, 1999). Esta, têm desencadeado significativas alterações na produção da economia, da cultura e nos modos de interação social. Esse indicativo reflete na vida contemporânea, onde as mudanças, desde a modernidade até a contemporaneidade, anunciam transformações no comportamento humano.

¹ Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).
telmabr@gmail.com.

² Graduando em Licenciatura em Pedagogia (FACED/UFBA), Bolsista PIBIC-UFBA.
cleytonya@hotmail.com.

O advento das Redes Sociais Digitais proporcionado pela internet possibilitou a transposição de inúmeras formas de interações interpessoais decorrentes de nossa “vida *offline*” para a “vida *online*”, além de interferir nos hábitos dos sujeitos, principalmente no que se refere aos processos comunicacionais e no compartilhamento, construção e difusão do conhecimento. Isto é, indivíduos reelaboraram constantemente suas formas de se relacionar com o tempo e o espaço, criando novas maneiras de socialização em rede.

A interação permitida pelo uso de dispositivos digitais e as potencialidades das TIC tem contribuído para repensar as dinâmicas sociais, de modo que, refletir sobre elas e a inserção das tecnologias digitais em nossa presente sociedade designa em implicá-las nos mecanismos e estratégias de poder.

Nesse ínterim, entende-se que a criminalidade não é um fenômeno alheio a essas transformações. Como a rede é um espaço de socialização como qualquer outro, mediado por ações de indivíduos que fazem parte dela, a violência se anuncia como guisa para a violação dos direitos humanos neste ambiente, mediadas pelas tecnologias digitais.

Apresenta-se, então, o recorte evidenciado em uma das etapas investigativas do projeto de extensão Ações Educativas Para a Prevenção da Violência Virtual em Escolas públicas da educação básica de Salvador; de modo que, a partir da aplicação de um questionário com vinte e um itens, inquirindo acerca de seus hábitos de navegação, pode-se acessar e analisar os dados coletados no que concerne ao comportamento cotidiano dos discentes na rede online, e como este influencia nas vivências escolares. O quantitativo de participantes da pesquisa foi de oitenta e três estudantes (representantes e vice representantes de turma) do 1º ao 4º ano do Ensino Médio. A iniciativa é vinculada a Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob coordenação da Profa. Dra. Telma Brito Rocha, e realizada em parceria com o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Anísio Teixeira, situado no bairro da Caixa D'água, periferia de Salvador.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Entendendo a importância de relatar os caminhos metodológicos e o rigor da pesquisa, definiu-se a abordagem como qualitativa e quantitativa. A primeira se justifica

por possuir “[...]o ambiente natural com sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11). A segunda tem como vantagem “[...]medir as reações de um grande número de pessoas a um limitado conjunto de questões expressas nos formulários” (AMADO, 2014, p. 35).

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados e informações um questionário misto. A aplicação do questionário deu-se através de oficinas onde apresentamos aos educandos o nosso projeto e os objetivos propostos com o mesmo. Explicamos o nosso tema e a importância deste. Apresentamos a eles alguns conceitos básicos que tratam o assunto e fizemos um diagnóstico quanto a bagagem dos estudantes a respeito de nossa proposta.

Para tal, dialogamos com alguns pesquisadores engajados nas temáticas e categorias levantadas pela pesquisa, utilizando alguns neste escrito, como Lüdke e André (1986), Santaella (2004; 2010), Silveira e Pretto (2008), Candau (2008), Jenkins (2009), Recuero (2012), Rocha (2012), Amado (2014), Martino (2015), Santos (2016), Zuin (2017), Silveira (2017), Farias (2018), Nespoli (2018) e Santos (2018). Dentre alguns resultados, que serão discutidos no decorrer deste escrito, constatou-se que 67,5% dos estudantes não conhecem a legislação para crimes virtuais, 86,7% afirmaram já ter presenciado cyberbullying contra colegas de escola na rede online e, dos que já foram vítimas de crimes virtuais, alegam que o principal motor foi o posicionamento político (9,6%).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vigência do projeto deu-se entre 01 de junho de 2017 a 31 de julho de 2018. Identificamos, através do questionário dito alhures supracitado, o comportamento dos discentes no que tange o uso que estes fazem da internet, a fim de refletirmos sobre quais medidas deveriam ser possivelmente pensadas para a prevenção da violência virtual nesses espaços e no ambiente escolar.

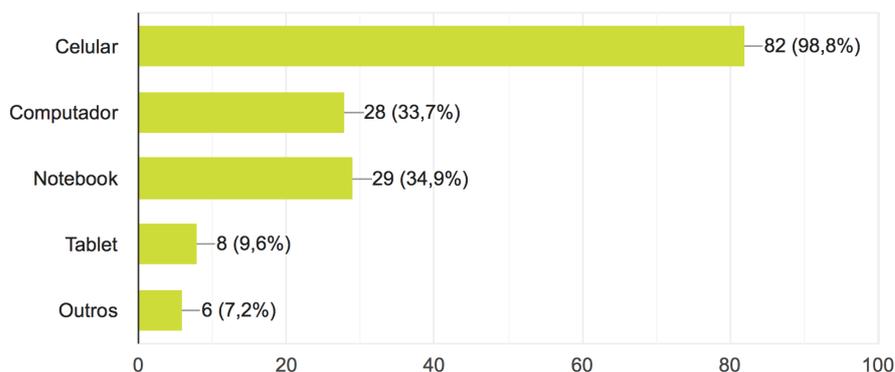
Para dar o recorte necessário, apresentamos cinco das 21 perguntas feitas aos estudantes, acreditando alcançar os objetivos propostos para esse texto. Desse modo, evidencia-se os seguintes questionamentos: 1. Através de qual aparelho você costuma acessar a internet?; 2. Com qual frequência você acessa a internet?; 3. Você tem perfil em redes sociais? Quais delas? 4. Você já viu alguém cometer algum tipo de violência virtual (post/mensagens difamatórias, ofensivas, racistas, LGBTfóbicas, sexistas, com

conteúdo de ódio como ofensas, discursos discriminatórios, entre outros)?; 5. Você já sofreu violência virtual (post/mensagens difamatórias, ofensivas, com conteúdo de ódio como ofensas, discursos discriminatórios, entre outros) por declarar nas redes sociais sua (...).

GRÁFICO 0

02) Através de qual aparelho você costuma acessar a internet?

83 respostas



Em 1, tem-se o dispositivo móvel como o mais utilizado pelos jovens pesquisados. Em percentual, os celulares aparecem com (98,8%), o computador/notebook (68,6%), tablet (9,6%) e outros (7,2%). Os smartphones, cada vez mais, são desenvolvidos de maneiras que acoplam inúmeras funções de um notebook ou computador de mesa, sendo mais leve e simples de manusear, facilitando o acesso, troca e difusão de mais informações em um tempo reduzido, afinal, certos aparelhos [...] “foram criados especificamente para possibilitar a condução da informação de um ponto a outro do espaço e do tempo, ampliando significativamente as capacidades comunicacionais, intelectuais [...]” (NESPOLI, 2018, p. 173). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), publicada em 2017, em 2016, o smartphone foi o principal dispositivo utilizado para acessar a internet no Brasil; 94,6% dos brasileiros utilizaram o dispositivo móvel para se conectar a rede *online*, à frente de computadores (63,7%) e tablets (16,4%). Ainda segundo a PNAD, 77,1% dos brasileiros possuíam algum celular.

A multifuncionalidade dos dispositivos móveis tem gerado diversas teorias entre os pesquisadores de tecnologias digitais; dentre elas, destaca-se a da “Caixa Preta” que defende a ideia de que, em um futuro próximo, todos os conteúdos de mídia irão influir

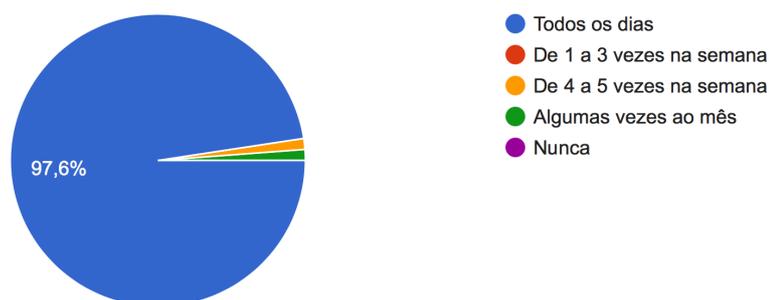
por uma única “caixa preta” que acoplará todas as funções tecnológicas digitais, sendo os dispositivos móveis a “caixa preta” que carregamos para todo os lugares. Trata-se de uma teoria polêmica e que divide opiniões, pois, segundo Jenkins (2009), um dos pesquisadores adverso a teoria, o conceito de “caixa preta” “[...] reduz a transformação dos meios de comunicação a uma transformação tecnológica [...]” (p. 42).

Ainda segundo o autor, a sociedade não está preparada culturalmente para acoplar todas as funções das tecnologias digitais em um único dispositivo; para ele, qualquer transformação tecnológica necessita que, previamente, haja desenvolvimento e adaptação cultural do corpo social.

GRÁFICO 2

03) Com qual frequência você acessa a internet?

83 respostas



Em 2, 97,6% dos discentes responderam que acessam a internet diariamente. A partir desse dado, nota-se que o tempo dos jovens imersos “navegando no ciberespaço” (SANTAELLA, 2004, p. 16), faz com que eles presenciem virtualmente e sejam possíveis protagonistas de cyberbullying nas redes sociais digitais e, exponencialmente, a mobilidade das tecnologias digitais, por vezes, acaba por tirar “[...]o sossego das vítimas, o que faz do cyberbullying uma forma de violência invasiva que ameaça os indivíduos em diferentes locais” (ROCHA, 2012, p. 82).

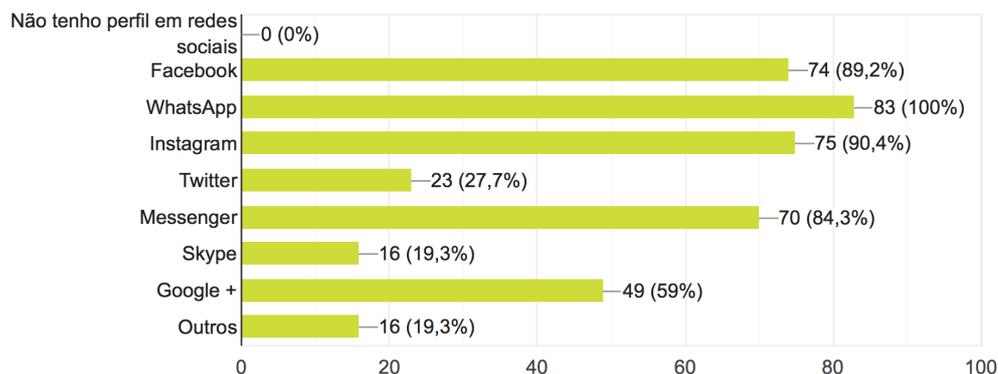
Concomitante aos dados coletados, ainda segundo a PNAD (2017), no ano de 2016, 116 milhões de brasileiros se conectaram a internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos. Além disso, a pesquisa também revelou que a principal atividade dos sujeitos conectados a rede *online* é a troca de mensagens (áudio,

texto ou imagens) através de aplicativos diferentes de e-mail. Para mais, 63,3% dos domicílios brasileiros possuem acesso a internet.

GRÁFICO 3

07) Você tem perfil em redes sociais? Quais deles?

83 respostas



No gráfico 3, 100% dos discentes participantes da pesquisa afirmaram possuir a rede social digital “WhatsApp”. Aqui, faz-se necessário salientar que, dois casos de violência virtual relatados pelos alunos nas oficinas se iniciaram através de compartilhamentos no WhatsApp. Segundo eles, uma das vítimas em questão deixou a escola por sofrer ameaça de colegas da instituição e da vizinha de sua comunidade.

No Brasil, ainda segundo a PNAD (2017), o principal uso que os brasileiros fazem da internet é para a troca de mensagens de texto, voz e imagens (94,2%), principais funções do “WhatsApp”. Este é um dado interessante a ser analisado dentro da discussão de violência virtual e Cyberbullying devido ao fato de que, o “WhatsApp” é uma pujante rede social no que tange a proliferação de fake news no Brasil; e as notícias falsas são possíveis motores para violência virtual.

Para início de debate, as Fake News – em português, notícias falsas – consistem em mentiras disseminadas no formato de notícia jornalística, isto é, textos objetivos que seguem regras como “lead” e “pirâmide invertida” (que trazem as informações mais importantes no primeiro parágrafo da notícia), veiculadas em sites ou blogs que se alinham com o design de sites dos grandes jornais mundiais. Elas sempre existiram, mas a expressão se popularizou em novembro de 2016, mês da última eleição presidencial norte-americana.

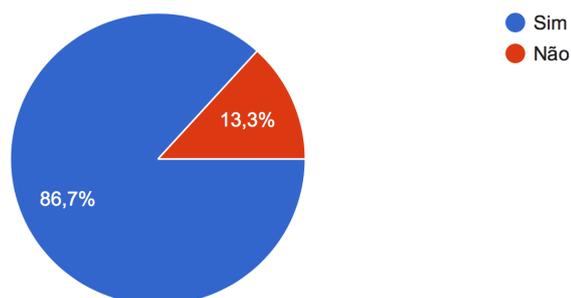
A problemática que permeia a rede social digital em questão e as fake news é que, por ser uma rede de conversas privadas, torna-se quase impossível controlar e/ou acompanhar as informações veiculadas através dela. Isto é, o usuário que não possui o conhecimento necessário para identificar uma notícia como “fake news” irá acreditar em seu conteúdo e compartilhar com seus contatos e assim sucessivamente, dando força a uma notícia que não é verdadeira.

Além disso, como já foi supracitado, as fake news podem ser motoras de discursos de ódio e violência na rede “online”. Um exemplo notório foi o caso de Marielle Franco, quinta vereadora (PSOL) mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, que foi executada a tiros em março de 2018 no bairro do Estácio, região central da cidade. O partido da vereadora considerou o assassinato uma morte política, visto que, segundo eles, as ideias defendidas e difundidas por Franco estavam incomodando a PM do Rio de Janeiro e outros políticos da oposição. Cerca de três dias após a morte da vereadora, diversas “fake news” foram veiculadas a fim de mancharem a imagem de Franco. Estas, foram compartilhadas por personalidades importantes da política brasileira, como deputados e desembargadores. As informações contidas nessas notícias era que Franco namorava um traficante do Rio de Janeiro, conhecido como Marcinho VP, e de que a vereadora estava conjurada com as milícias da cidade. Essas notícias falsas deram base para a produção e disseminação de discursos de ódio contra Franco e a sua ideologia.

GRÁFICO 4 – Você já viu alguém cometer algum tipo de violência virtual (post/mensagens difamatórias, ofensivas, discursos discriminatórios, entre outros)?

09) Você já viu alguém cometer algum tipo de violência virtual (post/mensagens difamatórias, ofensiv...rsos discriminatórios, entre outros)?

83 respostas

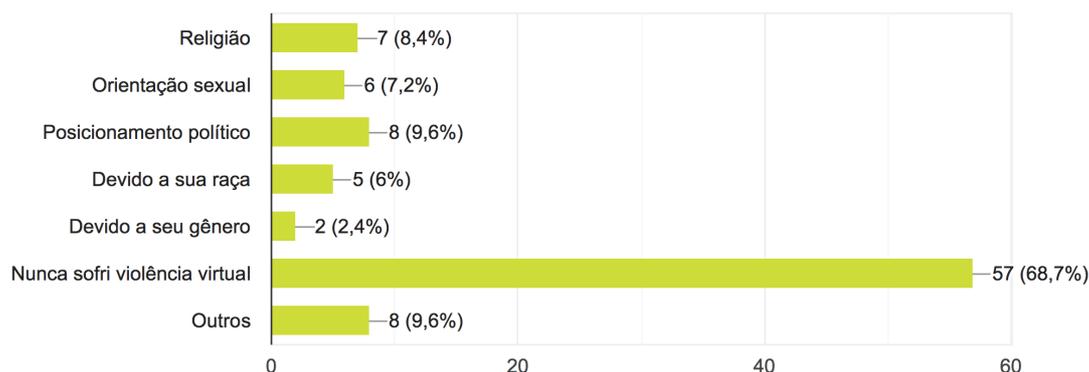


Em 4, 86,7% dos estudantes responderam que já testemunharam violências nas redes. A atual pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (BRASIL, 2017), investigou o comportamento online de jovens em idade escolar e vivências em ambientes digitais. A revelação foi de que, de cada quatro crianças e adolescentes, um acabou sendo vítima, por muitas vezes cotidiana, de ofensas de cunho discriminatório, demarcando 5,6 milhões de jovens. O percentual parece crescer a cada ano: de 2014 a 2016 houve crescimento nos indicativos.

GRÁFICO 5

20) Você já sofreu violência virtual (post/mensagens difamatórias, ofensivas, com conteúdo de ódio como ... por declarar nas redes sociais sua:

83 respostas



Por fim, em 5, os estudantes afirmam que já sofreram retaliações por seu: posicionamento político, com 9,6%. Em segundo, 8,4%, a religião, que, tratando dos cultos de matrizes africanas, é um reflexo dos longos e sofridos anos da escravização do povo negro no Brasil, oriundos de África. Em terceiro, 7,2%, a condição/orientação sexual, reflexo de uma sociedade que se apresenta com o estabelecimento do patriarcado, LGBTfobia e relações de poder, falta de liberdade e exercício dos sujeitos as suas sexualidades, tal qual seus direitos.

Assim, pode-se dizer que o primeiro lugar demonstra duas problemáticas sociais de nossa atualidade: a polarização política, que causa conflitos na vida online e offline, casos de discursos de ódio; e a segunda está relacionada ao desrespeito da opinião política de outrem, “se você não pensa como eu e não vota no mesmo candidato/partido que eu, então você precisa ser desprezado, desrespeitado ‘eliminado’”.

O segundo também pode ser interpretado como racismo religioso. A Secretaria dos Direitos Humanos, ligada ao Ministério da Justiça, aponta que as religiões de matrizes africanas são as que mais sofrem intolerância religiosa no Brasil. A intolerância religiosa as religiões de matrizes africanas estão ligadas ao racismo estrutural, cultural e enraizado em nossa sociedade. O discurso de ódio se volta contra a diversidade humana.

Se tratando da questão racial no Brasil, segundo dados do Safernet, o racismo é hoje o segundo crime virtual mais cometido em nosso país. Nesse sentido, compreendemos ser urgente a escola discutir como a perspectiva intercultural poderá ser incorporada no projeto político pedagógico e práticas dos docentes na escola.

Segundo Candau (2008, p.148) educar na perspectiva intercultural propõe rever a própria noção de identidade unificada e estável, questionando o essencialismo que sustenta essa noção e favorecendo, desse modo, a crítica às diversas formas que o preconceito pode assumir na sala de aula. Opta pelo risco de assumir no cotidiano escolar a tensão entre o ideal da igualdade e as demandas pelo reconhecimento da diferença, que impõe a prática do diálogo radical e permanente.

Para Candau,

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas pra enfrentá-los.” (CANDAU, 2008, p. 148)

A questão relacionada a LGBTfobia no Brasil é latente desde a construção de nossa sociedade no Brasil Colônia. Presentemente, a situação segue preocupante. Os números a respeito da violência contra essas pessoas não deixam dúvidas sobre a importância do debate. Segundo dados disponibilizados pelo Relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), que contabiliza as mortes da população LGBT no Brasil, no ano de 2018, o país registrou 420 mortes (homicídios e suicídios) por motivações LGBTfóbicas. Isso significa que, a cada 20 horas, um LGBT é assassinado ou se suicida em nosso país. De acordo com a entidade, 52% dos homicídios contra LGBT no mundo ocorrem em terras brasileiras, tornando o Brasil como o país que mais mata LGBT no mundo.

Por conseguinte, entende-se que estes dados demonstram como os jovens envolvidos na pesquisa estão imersos em um ambiente virtual, onde, cada vez mais, é recorrente práticas discriminatórias e discursos de ódio aos sujeitos.

As redes sociais digitais tornaram-se um ambiente de constante interação humana e, conseqüentemente, de disseminação de opiniões a respeito de outrem. A problemática nesses atos consiste no fato de que essas opiniões, constantemente, utilizam como base expressões como as citadas por Silveira, que desqualificam e inferiorizam determinado sujeito por ser LGBT, por ser ateu, por ser negro ou por ser mulher negra que ascendeu socialmente e tornou sua voz e sua ideologia pública, como foi o caso de Marielle Franco. O conteúdo dos discursos de ódio contra a vereadora era racista, sexista e LGBTfóbico, além de pregar a discriminação social.

Rocha (2012), afirma que “[...] a possibilidade de anonimato na internet é o elemento que encoraja as atitudes agressivas” (p. 87). Consoante ela, Martino (2015) nos diz que “[...] o mundo virtual existe enquanto possibilidade, e se torna visível quando acessado, o que não significa que ele não seja real” (p. 31). Em outros termos, por oferecer a ilusão do suposto anonimato e por tornar-se um ambiente de rápida veiculação de mensagens com um grande alcance de público, esses crimes que já eram executados na vida *off-line* foram transferidos para a vida *online*. Destarte, os ativos digitais estão “[...] em constante encontro com a alteridade” (SANTOS, 2016, p. 54), e esse encontro tem se manifestado, por vezes, criminoso, odioso e violento dentro das redes sociais digitais.

Sobre violência, Franco (1990) define como “[...] um processo dirigido a certos fins, tendo diferentes causas, assumindo formas variadas e produzindo certos danos, alterações e conseqüências imediatas ou a longo prazo”. Essa definição nos permite pensar que a violência precisa ser interpretada e definida em suas várias faces, no mundo real e em rede, e por meio dos eventos em que se expressa, se repercute e se reproduz através da linguagem e do espaço em que é professado.

Os crimes de ódio e cyberbullying praticados no ciberespaço, entre eles, racismo, preconceito, homofobia, bem como, a pedofilia, aumentaram significativamente no momento em que vivemos a amplitude e organização em rede. Neste sentido, a escola e toda sociedade deve estar atenta ao assédio sexual, a pornografia infantil, o comércio e divulgação desses materiais, o tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes e as mensagens de ódio contra minorias.

Sobre cyberbullying, Bhat define como “[...] o uso de tecnologias de comunicação e informação como forma de levar a cabo comportamentos deliberados, repetidos e hostis contra um indivíduo ou grupo, com a intenção de causar dano” (BHAT *apud* ROCHA, 2012, p. 80).

Tais circunstâncias traz à baila responsabilidades próprias a educação, em virtude do papel direto desta na inserção das novas gerações no mundo da cultura e na formação humana, principalmente no que concerne a formação de crianças e adolescentes; a fim de evitar que estes tornem-se praticantes de cyberbullying contra seus colegas de classe, docentes e a comunidade em geral. Consoante Zuin, “[...] a questão do cyberbullying precisa ser abordada e enfrentada pela sociedade em geral e pelos educadores em particular” (ZUIN, 2017, p. 11).

Praticar violência virtual e disseminar discursos ódio nas redes sociais digitais pode causar danos sociais, morais, físicos, econômicos e psicológicos. Destarte, fica evidente a importância de a escola estar engajada nas questões que dizem respeito a prevenção dessa problemática dentro do ambiente escolar, bem como promover discussões e projeto a fim de conscientizar seus discentes e toda a comunidade parceira a escola acerca do respeito as diversidades, opiniões e “lugar de fala” de outrem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciberespaço torna-se lugar apropriado para ampliação da comunicação, criação e do compartilhamento de significados de múltiplas culturas. Essas características apresentam fonte privilegiada para exploração inventiva e construções de relações sociais importantes ao processo educacional.

Estruturados pelas tecnologias, os sujeitos reelaboram suas formas de se relacionar com o tempo e espaço, criam novas maneiras de socialização em rede. A interação mediada pelo computador tem contribuído para transformar o modo como esses indivíduos constituem a si mesmo, e modulam suas identidades a partir da relação com o outro.

Nesse sentido, é importante salientar que o avanço tecnológico e o acesso a internet não devem ser responsabilizados pelo mal que acontece no ciberespaço, pois, atrás de um computador ou smartphone tem um operador humano que manipula as interações. É fundamental que educadores se apropriem mais sobre tecnologias,

conhecendo as possibilidades de seu uso. Por outro lado, não se pode e nem se deve privar as crianças e adolescentes do uso das tecnologias digitais, mas tem-se a obrigação de ensiná-los a navegar na rede de maneira segura.

Por fim, entende-se que a internet é um espaço onde as pessoas podem interagir, contar suas experiências, ensinar coisas as outras pessoas, ser empático com as diversidades e debater as opiniões que possam ser diferentes, mas havendo respeito e, sobretudo, responsabilidade.

REFERÊNCIAS

AMADO, João. (Org.). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 2014.

BRASIL, Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2017 – Centro Regional de Estudos Para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/kids-online/indicadores>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

CANDAU, Vera Maria. **Memórias, Diálogos e Buscas: aprendendo e ensinando. Educação Unisinos**, v. 12, n.3, p. 174-181, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FARIAS, Isabel M. S. de. **Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento**. Fortaleza: UECE, 2018.

FRANCO, S. La violencia: un problema de salud pública que se agrava en la Región. *Boletín Epidemiológico de la OPS*, v.11, n. 2, p. 1-7, 1990.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2016**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINO, Luís Mauro Sa. **Teorias das Mídias Digitais**. Linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, Vozes: 2015.

MICHELIS, Eduardo e MOTT, Luiz. Grupo Gay da Bahia (GGB). **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: relatório de 2018**. Site de ONG. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relatório-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

NESPOLI, E. Dispositivo (tecnológico). IN: MILL, D. (Org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

RECUERO, Raquel. **A conversação em Rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROCHA, Telma Brito. **Cyberbullying**: ódio, violência virtual e profissão docente. Brasília: Liber Livro, 2012.

SANTAELLA, Lucia e LEMOS, Renata (no prelo). **Redes sociais digitais. A cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lucia. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. . São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Edméa (ORG); CAPUTO, Stela Guedes (ORG). Diário de Pesquisa na Cibercultura. Rio de Janeiro: Omodê, 2018.

SANTOS, Marco Aurélio Moura Dos. **O Discurso de Ódio nas Redes Sociais**. São Paulo: Lura Editorial, 2016.

SILVEIRA, S. A. (Org.); PRETTO, N. L. (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador/Bahia: Edufba, 2008.

ZUIN, Antônio A. S. **Cyberbullying Contra Professores**: dilemas da autoridade dos educadores na era da concentração dispersa. São Paulo: Loyola, 2017.